

EIO BRAZILIENSE

PARLAMENTARISMO

Covas atua contra sua aprovação

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), foi acusado ontem por alguns parlamentaristas de estar empenhado em manter o regime presidencialista. Covas, apontado como um dos prováveis candidatos à sucessão do presidente José Sarney, no máximo, admitiria um presidencialismo mitigado.

O receio dos parlamentaristas aumentou com a informação de que o relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), aprova, também, o presidencialismo mitigado. A maioria dos representantes do PMDB nesta Comissão, indicados por Covas, tem o mesmo pensamento.

Outro indicio para os parlamentaristas de que a situação está ficando difícil é o posicionamento adotado nos últimos dias pelo presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, de que deve ser definido preliminarmente o regime de governo. Como os dois são notórios presidencialistas e candidatos à sucessão de Sarney, acreditam que haja uma ação combinada.

Em várias pesquisas realizadas entre os constituintes, a maioria pronunciou-se favorável ao parlamentarismo. Há uma série de propostas, mas raras são as que aceitam o sistema clássico, com dissolução da Câmara e eleições indiretas para presidente. A proposição que tem maior apoio é a do parlamentarismo misto, com o presidente forte, como ocorre na França.

Os líderes do parlamentarismo na Constituinte identificaram uma campanha orquestrada para caracterizar o regime de governo como o de instabilidade. Evita-se uma discussão séria sobre as implicações democráticas do parlamentarismo, para compará-lo ao que ocorreu em 61/62, quando o próprio Presidente da República

João Goulart, tinha interesse em demonstrar que não se adaptava ao Brasil.

O grupo parlamentarista, que ficou muito satisfeito com as indicações do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) para presidente e relator da Comissão de Sistematização, respectivamente, acha que há um interesse oculto em forçar uma definição da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo no próximo dia 22.

A tendência será a aprovação do parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, que já se pronunciou em favor de um presidencialismo mitigado.

Uma série de razões foi apresentada ontem pelo líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, para que não haja a mudança do presidencialismo para o parlamentarismo. Ele acha que isso implica numa vontade reformista profunda que não identifica na classe política, mas reconheceu que essa discussão é importante e precede o debate sobre o tempo de duração do mandato do presidente Sarney.

O senador defendeu a concentração de esforços para fazer uma análise ponderada a respeito do regime político e só depois falar em mandato. De pronto, rejeitou o parlamentarismo, achando que para adotá-lo o Congresso teria que aceitar sua dissolução: "Quem conseguiria isso?" Depois admitiu que o PMDB e o PFL já começaram, embora timidamente, a conversar sobre um acordo político em torno do mandato, mas duvidou que os partidos tenham apurado tendências reais nas suas bancadas.

MAIORIA

Fernando Henrique alertou que não acha o parlamentarismo algo para ser adotado de afogadilho, reconhecendo a seguir a existência de uma preferência majoritária no PMDB por esse sistema. Só — previu — que se a realidade pender para esse lado, será de forma mista, embora ache que não há como vingar agora.

Não podemos fazer parlamentarismo sem implantar o sistema de voto distrital, decidiu o que fazer com a federação e os municípios, fortalecer os partidos e tornar a burocracia independente, pois o Brasil tem diferenças profundas — prosseguiu o senador. Ele acha que melhor será manter o presidencialismo, aumentando o poder de fiscalização do Legislativo sobre o Executivo.

JULIO ALCANTARA



Gilberto Gil mostra seu projeto a Sarney

Gilberto Gil sugere 5 anos para Sarney

O cantor e compositor Gilberto Gil, secretário de Cultura de Salvador e candidato à prefeitura da capital baiana nas eleições de 88, defendeu ontem um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele sustentou sua posição citando o ex-presidente

Juscelino Kubitschek, que tinha como lema de governo "50 anos em 5". Para ele, esse é o período ideal para se realizar uma boa administração.

Gil lembrou cenas de sua adolescência, quando assistia a "um navio carregando" o lema de governo de JK, e parecia que estava muito emocionado. Gil disse que não gosta de quatro e nem de seis anos, por isso preferiu ficar com os cinco anos, tanto para o presidente Sarney quanto para os futuros presidentes da República.

O secretário negou que tenha pretensão de se candidatar ao governo da Bahia, em substituição do governador Waldir Pires, mas disse que era candidato à prefeitura de Salvador,

Cardoso não, vê motivos para mudança

Uma série de razões foi apresentada ontem pelo líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, para que não haja a mudança do presidencialismo para o parlamentarismo. Ele acha que isso implica numa vontade reformista profunda que não identifica na classe política, mas reconheceu que essa discussão é importante e precede o debate sobre o tempo de duração do mandato do presidente Sarney.

O senador defendeu a concentração de esforços para fazer uma análise ponderada a respeito do regime político e só depois falar em mandato. De pronto, rejeitou o parlamentarismo, achando que para adotá-lo o Congresso teria que aceitar sua dissolução: "Quem conseguiria isso?" Depois admitiu que o PMDB e o PFL já começaram, embora timidamente, a conversar sobre um acordo político em torno do mandato, mas duvidou que os partidos tenham apurado tendências reais nas suas bancadas.

Moreira analisa com Sarney reunião de SP

Rio — O governador Moreira Franco falará ao presidente Sarney hoje, durante almoço no Palácio do Planalto, em seu próprio nome e dará a sua interpretação política do encontro dos governadores em São Paulo, quando ele e mais os seus colegas de São Paulo, Orestes Quercia, de Minas Gerais, Newton Cardoso, e de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, examinaram o panorama político e econômico nacional.

Essa decisão o governador Moreira Franco aprofundará ao receber, antes de viajar, o seu secretário de Governo, Paulo Rattes. A audiência e almoço com o Presidente da República estão agendados para as 12h30. No final da tarde, o governador já estará no Palácio Guanabara con-

Newton reitera sua crítica

Belo Horizonte — O governador de Minas, Newton Cardoso, continua irredutível em sua exigência de uma reforma ministerial, imediata, a começar pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, sob o argumento de que esta é a única maneira de o governo readquirir a credibilidade e a confiança da Nação.

Ontem Cardoso deu sua opinião sobre a manifestação de apoio da cúpula da Aliança Democrática, levada ao presidente José Sarney pelo presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

PLANO CRUZADO

Passarinho critica a "incoerência"

Comparando a mensagem que o presidente José Sarney enviou ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos do dia 1º de março, onde faz uma apologia do Plano Cruzado e reafirma a posição de soberania nacional, o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, lhe fez pesadas críticas, mostrando a incoerência do Presidente diante do atual quadro de hiperinflação, fim das reservas cambiais e desordenamento da política agrícola. Ao final, ele justificou que suas palavras eram de "crítica construtiva", de quem deseja cooperar para que a situação econômica do País tome um rumo definitivo.

Ele alertou ainda que, dentro da própria bancada do Governo na Constituinte, há insatisfações enormes a respeito da imprecisão e da irresolução do presidente José Sarney diante dos fatos atuais. Em tom sarcástico, Jarbas Passarinho disse que se fala em medidas de execução absurdamente relacionadas com o quadro de 1963, que antecedeu à Revolução de 64. Admitiu até que haja semelhança flagrantes, que não podem ser ignoradas pelos que fazem previsão de golpe militar. Mas disse que a Nação confia no Presidente e que as Forças Armadas estão absolutamente coesas em torno dele.

Não há movimentos do encorajado Potemkin, não há soviets dos marinheiros nem dos metalúrgicos. O que há é uma insatisfação brutal que se transforma numa indisciplina de trabalho, numa espécie de desafio, e numa escalada que realmente causa temor.

IDA AO FMI

Voltando à mensagem, o senador Jarbas Passarinho disse que chamou-lhe atenção "como um Presidente da República é levado pelos seus auxiliares a expor-se de maneira praticamente indefensável", tornando-o inclusive incoerente, principalmente quando prega a soberania nacional em relação aos credores internacionais.

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, foi várias vezes à televisão e declarou-se inimigo de nossa ida ao FMI, garantindo que nunca mais o Brasil irá ao Fundo. — criticou Jarbas Passarinho — e, guardada a nossa soberania, o ministro vai às escondidas ao FMI.

Moura rebate as denúncias de Mansueto

O deputado José Moura (PFL/PE) reagiu de forma contundente às críticas do senador Mansueto de Lavor, (PMDB/PE) publicadas ontem no CORREIO BRAZILIENSE, em que condena o Governo José Sarney. "O senador Mansueto é, como se sabe, um dos filhos do Plano Cruzado, pois se elegeu às expensas do Plano Econômico do Governo Sarney. Agora, quando vivemos uma situação econômica difícil, ele não hesita em agredir o Presidente, dizendo estar seu governo loteado entre amigos" disse Moura.

E continuou: "Falta autoridade ao constituinte Mansueto para criticar o Governo pois, na bancada de Pernambuco, foi quem mais fez nomeações, inclusive para importantes cargos comissionados, sobretudo no Dnocs, Codevasf, Dentel, Previdência, Embrafilme e Sucam, sendo que, nesta última, nomeou centenas de apadrinhados seus".

Na opinião de José Moura, "a crítica feita ao presidente Sarney por um dos maiores beneficiários do Governo, mostra como age o senador de Petrolina". O parlamentar criticou o que classificou de "dúbia conduta" do senador Mansueto de Lavor pois, afirmou "ele critica o Governo pelos jornais, mas vive nos gabinetes palacianos, fisiologicamente, atrás das nomeações de parentes, amigos e correligionários".

Executiva do PMDB convida Dilson Funaro

São Paulo — O presidente regional do PMDB, deputado federal Ailton Sandoval, informou ontem que o ministro Dilson Funaro já firmou compromisso de encontrar-se com a executiva do partido em São Paulo na segunda quinzena deste mês. "Nós levamos o convite, o Ministro da Fazenda aceitou e agora só falta marcar a data da reunião", acrescentou o deputado Ailton Sandoval. Durante a reunião, o deputado José Sarney fez uma análise da dívida externa e da suspensão do pagamento dos juros.

Carta é o início de uma nova era

PAULO MACARINI



Embora a tradição constitucional brasileira se incline para uma Constituição analítica, alguns setores defendem uma nova postura traduzida numa Carta Magna sintética, apenas enunciadora de bases e diretrizes.

Mas, ainda há dispositivos do Estatuto de 1946 que não foram traduzidos em leis complementares pelo Congresso Nacional, razão por que não estou muito preocupado com o número de artigos, nem mesmo com prazos para a conclusão dos trabalhos e promulgação da Carta. Por isso, mormente, em assuntos da previdência social, direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, discriminação de rendas, projeto agrícola, educação, dívida externa e outros, enviarei esforços para uma definição constitucional.

Ora, se a nova Constituição deve refletir a realidade nacional e a esperança do povo brasileiro, nada mais justo que, na Assembleia Nacional Constituinte, a discussão e o equacionamento se voltem para os temas mais explosivos do cotidiano do brasileiro.

Com efeito, no que tangue à Previdência Social, em defesa da instituição, três pontos básicos merecem destaque: a responsabilidade solidária dos dirigentes das empresas e das entidades pelo não recolhimento das contribuições; a configuração de crime de sonegação fiscal inafiançável e impedimento para transacionar com o Poder Público aqueles que não estiverem em dia com suas obrigações sociais. Em benefício dos segurados e de suas famílias, a manutenção do poder aquisitivo aos aposentados; nenhum benefício inferior ao salário mínimo; direitos à dona-de-casa que trabalha no campo e à dona-de-casa que trabalha na cidade e a segurança de um tratamento médico hospitalar compatível com a dignidade humana. Por igual, a Previdência Social deverá modernizar-se com uma infraestrutura para atender mais de cem milhões de dependentes com quadros, carreiras e salários razoáveis aos seus servidores, para tornar-se uma entidade que transmita tranqüilidade social e certeza de atendimento à pessoa humana.

Por outro lado, um projeto agrícola voltado ao pequeno e médio proprietário rural asseguraria o aumento do poder aquisitivo da massa rural, assim como representaria a certeza da fixação do homem ao solo. Então, vamos conceitar que o crédito rural ao pequeno e ao médio é uma opção social e não um investimento financeiro de caráter especulativo, assim como garantir, por via orçamentária, através do Banco do Brasil S/A., com a supervisão do Tribunal de Contas da União, recursos para a expansão das atividades agrícolas, às épocas próprias e certas.

Outrossim, no que pertine à dívida externa, cujos encargos são responsáveis pelo estrangulamento da economia brasileira, alguns pontos poderão ser definidos, tais como novos empréstimos à União, Estados e Municípios, suas empresas, autarquias e fundações que somente serão concedidos mediante prévia e expressa autorização do Congresso Nacional; o povo brasileiro tem o direito e o dever de questionar sobre a origem e a legitimidade da dívida superior a 100 bilhões de dólares, assim como o pagamento dos serviços e a amortização do principal deverão compatibilizar-se com o comportamento da balança comercial ou, então, atingirem, no máximo, a um por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

De igual modo, busca-se um processo de democratização para as empresas estatais, tornando-as sociedades anônimas de capital aberto, com 50 por cento de ações ordinárias e a outra metade de ações preferenciais, sem direito a voto, mantendo-se com a União Federal apenas o controle da assembleia, cujos recursos seriam destinados ao pagamento da dívida interna. O contraditório administrativo seria estabelecido através da participação dos trabalhadores e dos empregados no comando decisório da empresa, ao lado dos representantes do Governo. A medida alcançaria o BNDEx, CEF e outras entidades. O processo de desestatização, que alcançaria as empresas dispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do País, passaria obrigatoriamente pelo Congresso Nacional.

Enfim, na certeza que a educação é direito de todos e dever do Estado, o ensino deverá ser público e gratuito em todos os níveis. Vale a pena o Governo investir na capacidade e na inteligência de seus filhos. Aliás é o melhor investimento.

Por derradeiro, sem excesso de otimismo, mas com muita fé, tenho esperanças na conjugação de esforços de todos os constituintes para escrever uma Carta que represente o marco de uma nova era para este País.

*Deputado federal pelo PMDB de Santa Catarina

Saturnino vai trocar Brizola pelo PSB

Rio — Uma questão de tempo separa o prefeito Saturnino Braga do rompimento com o governador Leonel Brizola, o que deixará o PDT sem o seu mais importante resíduo de poder que remanesceu do fracasso eleitoral das últimas eleições. Saturnino Braga caminha para a nãica legenda do PSB (do qual é quadro histórico), mas antes passará por um período de ortandade partidária o suficiente para ajustar um projeto de intervenção no novo partido, que culminará com a campanha para a sua sucessão municipal no próximo ano.

A decisão do prefeito carioca já foi tomada e Saturnino aguarda apenas o melhor momento de anunciá-la — que poderá ser antecipado a partir das novas investidas de Brizola enviadas de Roma, quando o prefeito, segundo seus assessores, foi desenhado pelo ex-governador como um político conservador. Brizola, de acordo com as lideranças de sua confiança, já descartou Saturnino como liderança capaz de se situar no seu campo para os embates nacionais que projeta travar no âmbito da conjuntura política.

O governador não precisa de esteses de poder para manter a sua posição hegemônica como líder maior da oposição — entende um integrante da direção nacional do PDT.

IRREVERSIVEL

O prefeito foi definido como "inseguro e vacilante" por Brizola, chamado por Saturnino de "insensato" e "confuso desde que perdeu as eleições de novembro". Insultos à parte, coube a Brizola o papel de alimen-

A reação de Ulysses

Não há dúvida de que Ulysses Guimarães, o político mais importante do País, está sendo acossado por diversos flancos. Não foi apenas a eleição surpreendente do senador Mário Covas para líder da Constituinte, que o deixou à margem de qualquer influência na designação dos representantes partidários para as importantes comissões e subcomissões, quando seus amigos lutaram pelo líder Luiz Henrique.

Também frustrou-se o projeto do presidente do PMDB de assegurar para o ex-líder da bancada, deputado Pimentá da Veiga, um lugar honroso na Constituinte, para premiar uma das mais promissoras revelações políticas no partido e um dos políticos que lhe são mais fiéis. Venceu o deputado Bernardo Cabral, na eleição da semana passada na bancada, para relator-geral da Comissão de Sistematização.

A manifestação dos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, reclamando uma imediata reforma ministerial e mudança na política econômica, com a substituição de Dilson Funaro, representou outro fato negativo sobre o presidente do PMDB. Quêrcia quis atingir diretamente Ulysses, em um lance ousado mas politicamente questionado em amplas áreas do Partido.

Some-se a tudo isso as conversações que o presidente José Sarney vem mantendo com os diversos governadores a respeito da reforma ministerial e se terá idéia do cerco sofrido por Ulysses, nos últimos tempos. Sem falar em que a média de opiniões dentro do PMDB é de que a desastrosa reunião-almoço de quarta-feira passada no Palácio dos Bandeirantes resultou de uma combinação com o Palácio do Planalto.

A convocação em amplas áreas do Partido é de que o Palácio do Planalto já vinha dando evidentes sinais de cansaço com o atual ministro da Fazenda. Na reunião com os sindicalistas, sábado retrasado, o Presidente teve um desabafo — teria sido traído pela sua equipe econômica. A declaração foi posteriormente desmentida, mas a maioria dos peemedebistas prefere ficar com o desabafo a acreditar no desmentido.

Diante de tantos golpes, Ulysses sentiu a necessidade de trabalhar intensamente para melhorar a sua posição. Tenta recosturar a Aliança Democrática e fortalecer não apenas o Presidente da República, como promotor principal do processo de transição democrática, mas também outro pólo importante, a Constituinte, sem o qual não se completará o projeto de transição democrática.

Ao mesmo tempo, Ulysses promove sucessivas reuniões com próceres de diferentes correntes de seu partido para discutir os assuntos do momento nacional — que vão da situação econômica à questão do mandato de Sarney. Sente-se redobrado interesse do timoneiro em recolher opiniões para formar juízo a respeito das tendências majoritárias.

Assim, a manifestação de Quêrcia e seus companheiros adiou a reforma ministerial e certamente contribuiu para fortalecer a posição de Ulysses no PMDB. O partido inteiro tende a adotar uma posição diferente dos governadores, dos quais estão sofrendo hostilidades nos seus diversos Estados. O Governo, aliás, deve refletir seriamente a respeito do grau de influência dos governadores no Congresso e na Constituinte.

TARCISIO HOLANDA